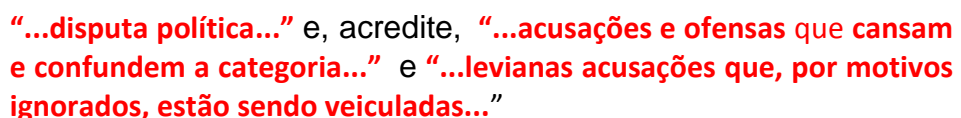




E aí? Vamos perder essa grana, mesmo? Não seria justo, né? Logo nós, que falamos tanto da corrupção alheia? Bem, você já notou que ninguém ligado à atual diretoria ou à anterior topou o desafio de contestar, **COM VERDADE (honestidade)**, tudo o que a AUDITORIA e NÓS (*este editor, o diretor Francisco, a ex-diretora Grace e o colega Romeu*) apresentamos, até agora. E olhe que não foi pouco! De pouco, mesmo, só as respostas, quando houve! Veja-se que o FALAJUF concedeu ao Sindjufe, e nós, às ex-diretoras (e concederá tantas vezes quantas forem solicitadas) o espaço pedido para as suas contestações (que ironia: *elle* e quem concorda com *elle* eliminaram os nossos artigos de um veículo que NÃO lhes pertence – veja [GRILAGEM x APAGÃO MORAL](#)). E nós lhes oferecemos espaço em veículos que nos pertencem. Não lembra a tal “*democracia burguesa*”? Mas, de cara, eles logo chamaram as suas fragilíssimas respostas de “*DIREITO DE RESPOSTA*”.

E por que publicamos? Porque pediram (tenho de lembrar sempre que, dentre as interessadas, havia uma colega, Ednice Cruz, cujo nível de coleguismo e cidadania se compara ao do grande **Carlos de Santana**), e porque é do princípio da VERDADE e da DEMOCRACIA que todos os lados demonstrem as suas razões (veja que eles adoram DEMOCRACIA. Para eles!). Mas o que eles responderam nesses “**DIREITOS DE RESPOSTA**”? Nada. Simplesmente nada, como demonstramos em [O SHOW LULA \(texto\) e O PROBLEMA DE FRANCISCO e UM E-MAIL INTERESSANTE... e UMA RESPOSTA \(Elisa Fortes, Ednice Cruz e Maria do Carmo Sales\)](#). Mas, em vez de demonstrarem os seus argumentos, eles falaram... em quê?



Ora, uma ação judicial não seria uma boa oportunidade para recuperar prejuízos e dirimir dúvidas? O *chefe* poderia aproveitar a oportunidade para, inclusive, realizar aquele velho desejo tantas vezes anunciado (**processar este editor**)!



Note-se que todas as oportunidades estão sendo (e **continuarão a ser**) oferecidas à *contradição*. Toda contradição! Diz-se, enganosamente, aliás, que papel (ou tela de computador) aceita tudo. Mas não tanto quanto um microfone! O papel é mais exigente. A tinta não o penetra, se não lhe for fiel. É que os seus poros se fecham ou abrem orientados por *genealogia*, que só os *fatos* têm. É que a *verdade* e os *fatos* têm esta particularidade: **deixam rastro**. E por mais suntuosos que sejam os *palácios da má ficção* – e admitamos que neste caso não há suntuosidade nenhuma – pelo menos o tempo lhes impõe rachadura. Por isso o velho *Machado*, que sabia o que dizia, anotou:



“...a verdade é imortal, o homem é um breve momento... ; ...os adjetivos passam, os substantivos ficam...”

Não por outra razão, caro (e)leitor, o repertório investigativo diz que **não há crime perfeito**. E o cometido contra o Sindjufe (NÓS), apesar de grande e longo, só não foi visto por quem não quis! **Os funcionários eram de confiança? De quem? Que resposta!** Se os **pelo menos quase 600.000** (seiscentos mil) fossem da propriedade particular de quem lhes deu confiança, ele(a) os esqueceria? Faria AUDITORIA e corria atrás, né? *Culpa em vigilando*, neles!

O Diretor Francisco tá certo:



[PM/09/23 às 9:11 pm](#)

'Está na hora dos filiados do sindicato ingressar com uma ação ordinária em juízo, comprovando os desvios através da auditoria, para que os responsáveis pela administração do sindicato sejam responsabilizados e paguem com seus bens pessoais para a entidade as quantias desviadas. É Juridicamente possível acionar na justiça as pessoas que administravam a entidade, por falta in vigilando e se comprovada com o relato da própria auditoria, sem balancetes e outras coisas mais, para que uma vez comprovada a culpa “in vigilando”, possam pagar pelos desvios ocorridos. Quem administra uma entidade deve zelar pelos bens e pelo patrimonio da Entidade'